

1.1 Conexões da Educação Popular com a Demanda de Formação da Economia dos Setores Populares

Aída Bezerra¹

1.1.1 As diferentes leituras e usos da educação população

O debate do tema tem, na medida do possível, a intenção de tratar a educação popular com a preocupação de tomar distância: tanto da ordem do genérico, como é, em média, apresentada; como do imaginário sociopolítico que invade as intencionalidades dos educadores populares. E, ao mesmo tempo, fazer um movimento de aproximação dos nossos desafios concretos para tentar construir uma leitura/prática que ajude a analisar a demanda e a qualidade das tarefas educativas que os processos de fortalecimento da economia dos setores populares estão exigindo de seus educadores. Enfim, é uma tentativa de fugir do simples discurso e da abstração.

O debate do tema tem, na medida do possível, a intenção de tratar a educação popular com a preocupação de tomar distância: tanto da ordem do genérico, como é, em média, apresentada; como do imaginário sociopolítico que invade as intencionalidades dos educadores populares. E, ao mesmo tempo, fazer um movimento de aproximação dos nossos desafios concretos para tentar construir uma leitura/prática que ajude a analisar a demanda e a qualidade das tarefas educativas que os processos de fortalecimento da economia dos setores populares estão exigindo de seus educadores. Enfim, é uma tentativa de fugir do simples discurso e da abstração.

1.1.2 Um pouco da história

A necessidade de contribuições educativas/formativas diversas, por parte dos trabalhadores, suas iniciativas e organizações em torno dessa questão, bem como das comunidades populares é muito antiga. Mas houve um tempo em que essa nomenclatura de educação popular nem tinha sentido. Pouca diferença fazia, em termos de modos de civilidade, erudição/leitura, entre os habitantes de um castelo e os viandantes das estradas. Houve outro tempo, em que os próprios trabalhadores é que cuidavam de sua formação e isso também não se chamava de educação popular. Com o processo de acumulação de riquezas é que essa dinâmica começou a mudar. A primeira grande ocorrência, além da transformação da força de trabalho em mercadoria foi, concomitantemente, a expropriação dos saberes dos trabalhadores pelos donos do capital. O que vai acontecer como desdobramento é um ordenamento do acesso a padrões de conhecimento segundo as necessidades atribuídas às classes sociais definidas pela

¹ *Aída Bezerra - Socióloga, educadora e pesquisadora do SAPÉ – Serviços de Apoio à Pesquisa em Educação.*

inserção no sistema. E o Estado tem um papel fundamental na administração desses quinhões de saberes. Não há como escapar dessa articulação estreita: saber/poder.

Nesse nosso mundo ocidental, passamos muito tempo reconhecendo a aliança escola/família/igreja como responsável pela ordem do educativo, esquecendo que a incontável dinâmica da sociedade escapava ao território sob domínio desse pacto subliminar. Muitos dos acontecimentos que mudaram o rumo da história vão ser tecidos nas interfaces de outras esferas onde os interesses se confrontavam e se constituíam os campos de força; e essas tensões não estavam previstas nos ensinamentos lineares das instituições que produziam a acomodação ao status vigente.

Tomando um atalho na história para observar acontecimentos mais recentes e que influenciaram no modo como foram oficialmente analisadas as necessidades educativas da sociedade - situando o período pós-guerra (1946...) como de fundamental importância - não podemos esquecer a UNESCO, uma das diferentes áreas de intervenção da ONU. A Conferência Internacional para a Educação de Adultos (ICEA), apoiada pela UNESCO, abre uma janela sobre essa demanda específica e a legítima internacionalmente.

O redesenho da geografia do mundo, acompanhado dos processos de descolonização/independência, via negociações e/ou guerras de libertação (sobretudo na África), teve muita incidência nesse novo cenário. Algumas metrópoles, mesmo antes desses percursos de independência, já tinham criado seus modelos de intervenção de “caráter educativo” em suas áreas de influência. O desenvolvimento de comunidade foi uma forma mais inglesa, a animação popular, uma proposta mais francesa. Mas, esses métodos e técnicas, queiramos ou não, por diversos caminhos, chegaram ao Brasil e marcaram um novo momento das atividades educativas junto aos setores populares.

Por exemplo, na França, muitos dos que militaram na Resistência e depois se envolveram na luta de libertação argelina ou no processo de independência do Marrocos, se organizaram em instituições, voltadas para a educação popular, e atuantes em território francês ou em missões de cooperação noutros países. O termo animação popular toma conteúdo educativo nessas experiências. Isso quer dizer que a educação popular não é genuinamente brasileira e que a circularidade de saberes não reconhece fronteiras.

1.1.3 A experiência brasileira

Sem precisar recorrer aos missionários jesuítas, do que se tem registro, as primeiras iniciativas de atendimento educativo aos setores populares têm muito de religioso e de filantrópico. A prioridade era dada aos jovens no esforço de protegê-los de um destino sombrio (vagabundagem, prostituição, roubo). Vale lembrar que, ainda hoje, muitas das ações tidas como vinculadas ao campo da educação popular guardam essa aura de filantropia: um movimento da gratuidade na direção da assistência aos pobres, carentes e desprotegidos. Eles não têm nada a dar, só a receber.

Ainda no final da década de 50, no Brasil, e nessa leitura pode-se até incorporar as conjunturas similares de uma boa parte da América Latina, já se identificavam sinais de saturação da presença imperialista americana. Alguns fatores se somam e ajudam a elevar o nível das tensões políticas na sociedade, abrindo espaço às manifestações de reivindicação,

resistência e insurgência que tomam força na década de 60.

O governo desenvolvimentista de JK foi preparatório a esse clima: negociou com a sociedade um espaço de liberdades políticas (o mais significativo é a retirada do Partido Comunista da clandestinidade) na compensação da abertura do país ao capital internacional. O país sai, então, de sua “vocação agrícola” de pós-guerra (Missão Rockefeller) para impulsionar um parque industrial no percurso da substituição de importações.

É importante dizer que a Missão Rockefeller – uma comitiva de técnicos e empresários que, salvo engano, visita a América Latina em 1947 - é quem vai pautar a negociação posterior com o governo brasileiro na perspectiva de direcionar a produção agrícola. Dessas negociações é que decorre a criação de convênios e dispositivos que iriam permitir a formação de quadros (o núcleo original foi formado nos Estados Unidos – Ponto IV), a estruturação das bases institucionais e a qualidade da extensão rural que se desenvolveu no Brasil. Essa atividade, de cunho educativo, era concretamente uma intervenção na economia agrícola dos pequenos produtores. Eminentemente, tratava-se de uma intervenção técnica, subordinada a interesses econômicos muito precisos. O caráter educativo se limitava à transferência de informações, à supervisão das práticas do que era ministrado e dos usos dos recursos fornecidos (crédito supervisionado).

Na mesma década de 50, foram criados os Cursos de Ciências Sociais (o estudo do marxismo abria espaço nas Universidades), multiplicavam-se as Escolas de Serviço Social, conferindo aos seus diplomados o “status” de trabalhadores sociais profissionalizados; e chegavam às Universidades as primeiras levadas de alunos provenientes de outros segmentos sociais diferentes dos frequentadores habituais de famílias das elites. Uma parcela da intelectualidade nacionalista, militante, deu respaldo a essa nova sensibilidade política e social.

Difundia-se, então, uma outra leitura das condições socioeconômicas do país, agora de cunho estrutural, que começou a dar um novo sentido às lutas. Em consequência de todo esse deslocamento político, começam a se estreitar as alianças entre os movimentos e organizações dos trabalhadores urbanos e rurais e as plataformas nacionalistas fortalecidas pela conjuntura.

Não esquecer que a vitória da Revolução Cubana funcionou como um crédito às utopias e como alimento dos sonhos possíveis.

É nesse clima que diferentes expressões da educação popular se estruturam, se pronunciam e atuam. Suas manifestações se concretizam em vários campos: do teatro, da música, da saúde, da alfabetização, da formação de quadros sindicais (urbanos e rurais), da valorização da cultura popular etc. Algumas ganham maior amplitude, seja pela consistência de seus fundamentos, seja pelo poder de convocação ou pela oportunidade do contexto. Mas convergem numa única direção: a democratização da cultura, as possibilidades de exercício da cidadania, a consideração dos saberes em presença e, sobretudo, a importância da contextualização da intervenção, e o reconhecimento do outro enquanto sujeito histórico e atuante no seu próprio processo educativo.

Os ganhos dessa experiência, sócio/político/pedagógica, de curta duração, e apesar de toda repressão exercida pela ditadura, influenciou o que veio depois como abordagens educativas dos setores populares, fossem elas da iniciativa do Estado, ganhando espaço dentro das Universidades e dos sistemas de ensino em geral, ou das organizações de origens diversas, inclusive as que se inspiraram no movimento de renovação das Igrejas, cuja presença é indubitavelmente reconhecida no momento anterior e, mais fortemente, na etapa posterior

à instauração da ditadura militar. Isso se explica: em termos de estatura institucional, quem poderia fazer face a um Estado totalitário?

1.1.4 Aqui e agora

Com toda valorização que se possa emprestar a esse período, já mais de 40 anos se passaram. Considerando todo referencial filosófico/teórico no qual se apoiavam essas iniciativas históricas, ainda fica a impressão de que elas, na sua maioria, nunca ultrapassaram seus vínculos com um leque de racionalismos nas suas diferentes expressões: o iluminismo, o positivismo, o funcionalismo, seu herdeiro mais moderno. Quer dizer, a razão/conhecimento como sede das transformações, o homem dado como pré-inscrito nas suas possibilidades, a necessidade da criação de controles sociais para a manutenção da ordem e para a abertura e gerenciamento dos canais do progresso.

Agora, não só vivemos numa outra conjuntura histórica, mas as referências que apóiam as práticas educativas também foram mudando como resultado das indagações sobre a própria experiência vivenciada. Diante da tarefa posta hoje, em termos do fortalecimento dos empreendimentos populares, o primeiro desafio a enfrentar somos nós mesmos. O que ficou como marcas, em nossa formação, dos mesmos racionalismos referidos acima. Em média, fomos todos formados dentro de hierarquias e dissociações: a cabeça separada do corpo; a educação separada do econômico e do político; a classificação de saberes, em superiores e inferiores; e um lugar distinto para quem detém o poder do saber.

A insistência com que a maioria dos autores se refere à importância do trabalho educativo, junto aos trabalhadores envolvidos com empreendimentos associativos numa perspectiva de mudança, é convincente. Mas de que educação se trata? Como é feita a leitura dos sinais da demanda por educação emitidos pelos setores populares? Como interpretá-los, como intervir como educadores para agregar conteúdos às forças de mudança? E, ainda, tentar formular esses novos desafios, buscar referências que atualizem as interpretações que se possam dar aos mesmos. Refazer as propostas de enfrentamento com conhecimento de causa, visto que é isso que está sendo pedido aos empreendimentos.

A ênfase desse tipo de atuação sempre foi dada em atenção ao que falta aos trabalhadores para atenderem às convocações do desenvolvimento, num entendimento de que é preciso recuperar o estado de atraso. Poucos abordam o que há de positividade na experiência vivida, acumulada; no que sabem de diferente ou a mais. O educador tem muito a agregar, mas não é ele quem comanda o espetáculo. A clareza que tem do seu lugar vai sinalizar o modo de apoiar, com arte, o dinamismo do coletivo. É no interior desse jogo de relações que se processa boa parte da formação do educador.

Considerando que os acontecimentos são construídos historicamente, assim como os conhecimentos, adquiridos/elaborados para analisar/explicar esses acontecimentos, vale lembrar que, nesse retalho de história que os assessores/educadores percorrem com os empreendimentos populares eles estão juntos e, ao mesmo tempo, preparando acontecimentos e tentando apreender a dinâmica que os move para conseguir fazer as suas escolhas com maior clareza.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). A questão política da educação popular. São Paulo: Brasiliense, 1980

DAM, Anke van; MARTINIC, Sergio; PETER, Gerhard (Orgs.). Cultura y Política en educación popular: principios, pragmatismo y negociación. Haia: CESO, 1995.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GOUSSAULT, Yves. L'Animation et La Participation aux Institutions Rurales en Afrique Noire d'Expression Française. In : Revue Internationale du Travail, n. 6, 1968. Genève : Bureau International du Travail.

1.2 Formação Sócio-Política e Pesquisa - Intervenção

*Kátia Aguiar*²

A pesquisa-intervenção se constituiu, nas últimas décadas, como um dispositivo para a problematização das práticas sociais e da política que permeia a produção do conhecimento. Ela tem viabilizado propostas que colocam em análise as instituições que constroem a realidade sócio-política e os suportes teórico-técnicos produzidos nas práticas de formação. Como já referimos em trabalho anterior (ROCHA & AGUIAR, 2003), a pesquisa-intervenção se inscreve como uma tendência das pesquisas participativas que vem assumindo uma intervenção de caráter socioanalítico e micropolítico, na experiência social. Falamos então, de uma aposta metodológica que se faz no âmbito do denominado movimento institucionalista latino-americano e no qual ela se afirmará como uma prática ético-estético-política.

Importante assinalar que, nessa perspectiva, o que está em questão é mais a observação e análise dos efeitos de nossas práticas, daquilo que delas derivam, do que a avaliação de um acertado uso das técnicas. Ou seja, o que se quer colocar em questão é a verdade como guia para a busca do significado das ações e, em última instância, para o significado da vida.

Nesse caminho, me proponho aqui explorar algumas injunções da formação sócio-política no sistema do capital compondo um campo problemático de intervenção. A partir daí, poderei destacar alguns rebatimentos da pesquisa-intervenção sobre esse campo visando apresentar contribuições para os trabalhadores sociais que atuam em projetos e programas que envolvem os setores populares.

Certa de que o tema não será esgotado, a intenção é de que o texto possa servir como disparador de debates e de novas proposições.

1.2.1 A formação sócio-política no sistema do capital

A era moderna, em sua lógica e seus princípios, traz como pressuposto para a compreensão do homem, do mundo e de suas relações a estabilidade, a ordem e a regularidade como valor. É assim que o universalismo, a linearidade, a verdade, o causalismo e os dualismos se constituem como eixos centrais na formação dos rituais escolares, e se atualizam através dos dispositivos do paradigma científico. Instituições como a pedagogia, a infância, a normalidade, a disciplina, que se instrumentam através da escola, perdem a dimensão de construção coletiva, passando ao estatuto inquestionável e atemporal das necessidades.

É importante percebermos que, quando a vida social tem seu fundamento jurídico naturalizado, o que se constitui está na ordem da necessidade e da determinação, o que vem des-

² *Kátia Aguiar - Doutora em psicologia social e professora adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense – UFF, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Integrante da equipe de formação da CAPINA, como colaboradora.*

caracterizar a produção histórica, na medida em que tais leis funcionam como transcendentais às práticas cotidianas.

No universo da ciência, é sob a égide da razão que se desenvolverá uma economia voltada para a organização da realidade em torno de problemas que reduzem as instabilidades, estruturando soluções lógicas e dedutíveis como única possibilidade de conhecimento. As normas de cientificidade permitirão conferir autoridade e veracidade aos saberes que se constituem por meio da burocracia dos cálculos e medidas matemáticas. As categorias e ordenações resultantes de tal processo se fundamentam em princípios com estatuto de leis naturais, genéticas, que regulam a vida das organizações sociais e a produção dos conhecimentos. O universo é compreendido e traduzido nas relações de equivalências e similaridades que se apresentam como o registro pertinente.

A formulação científica da educação enquanto sistema de regras e de leis que devem ser preservadas privilegia as constâncias que têm como finalidade a previsibilidade. A formação dos trabalhadores sociais, no ensino superior brasileiro, se construiu na atualização desse paradigma moderno. Podemos dizer que do cerne da reforma universitária, que surge em meio às convulsões sociais da década de 60, sob a reivindicação de jovens estudantes por mais vagas no ensino superior, por melhoria de qualidade que inclui a necessária articulação entre universidade e problemáticas sociais, desprende-se um paradoxo: a concepção de ciência e de tecnologia profissionalizante com uma vinculação direta ao mercado de trabalho, cujo conteúdo pragmático e utilitarista se traduzirá na formação de técnicos.

Com o avanço das estratégias neoliberais, que entre nós ganham visibilidade a partir da década de 90, o acirramento das tensões sociais são abordadas como problemas, analisadas como desvios, e não como conflitos advindos do próprio modelo. A criminalização dos movimentos sociais, as práticas de extermínio e a devastação de territórios existenciais se tornaram prenúncios da constituição de um estado penal. A perspectiva neoliberal dá ênfase ao individualismo, à produção de consumidores em permanente competição.

A educação passa a ser enfatizada como mercadoria e as tecnologias se constituem como vantagens competitivas para quem as controla. A articulação entre educação e mercado de trabalho, além de revigorar a relação entre conhecimento e técnica, situando a escola como lugar de treinamento, ainda aponta na atualidade, para o atrelamento das pesquisas ao interesse de financiamento dos setores privados, das grandes corporações. Estamos diante de práticas que servem a qualquer fim, uma vez que a formação utilitária não inclui a idéia de análise da produção de sentidos. (AGUIAR & ROCHA, 1997)

A crise, em todos os âmbitos, acaba sempre apontando como ‘diagnóstico’ um problema de gestão cuja alternativa está na adoção do padrão empresarial como forma de racionalização, eficiência e objetividade. Portanto, são ainda as novas tecnologias que trarão os critérios rigorosos, científicos, neutros e universais de avaliação de qualidade, desconsiderando a discussão das políticas de produção do conhecimento, dos critérios que servem de base para as ações, das diferenças histórico-sociais construídas no cotidiano das práticas institucionais.

Nesse contexto, a formação entendida como diálogo de saberes que se entrecruzam, encontros teórico-práticos, funda planos de análise e desenha um campo problemático de intervenção.

1.2.2 O tecnicismo como suporte na produção do mesmo

O compromisso com a racionalidade da qual falamos, remete a práticas constitutivas de modelos nos processos educacionais, se expressando nos modos legitimados de apreensão de conhecimentos (por acumulação), das relações de aprendizagem (por transmissão) e de convívio social (por afirmação de encargos instituídos). Nos processos de trabalho o cenário se repete instaurando dicotomias hierarquizantes: planejamento/execução, gestão/atividade, gestor/trabalhador. A priorização das regularidades pode ser observada no parcelamento do trabalho, na fixação de tarefas, na otimização do tempo, na estandarização de ferramentas e procedimentos. (ATHAYDE, 1988)

Essas dicotomias e regulações técnicas, colando a eficiência ao cumprimento do prescrito, operam em favor da manutenção da racionalidade vigente, favorecendo a instauração de um regime tecnocrático. Para os trabalhadores sociais que atuam junto aos setores populares toda essa problemática se atualiza no cotidiano de diversas maneiras sendo talvez a mais inquietante a tensa convivência entre a temporalidade dos projetos e a dos processos.

No que se refere às propostas de formação/gestão que visam a sustentabilidade de empreendimentos populares, a tendência tecnicista pode atravessar as práticas com maior ou menor intensidade. Na radicalidade da interferência dessa tendência, pode se identificar uma concepção de sustentabilidade que, priorizando resultados, tem como foco central a viabilidade econômica da atividade. A viabilidade se torna uma questão de estudo, de competência técnica, sendo realizado por terceiros ou centralizado em algum integrante do empreendimento. As metodologias são, em geral, as mesmas das pequenas e médias empresas transportadas e, algumas vezes, adaptadas, o que contribui para ratificar a perspectiva de segmentação do conhecimento da atividade. O que desaparece pela interferência dessa tendência são exatamente as pessoas que, tornadas tabulas rasas, são pretensamente esvaziadas de suas histórias.

O que se pode observar nos processos é que essas mulheres e homens trabalhadores retirados do plano da organização pela porta da frente retornam sorrateiramente pela janela dos fundos. É que eles levam, inapelavelmente, para os empreendimentos suas táticas já construídas no mundo do trabalho ou mesmo os modos de gerir suas vidas. E isso não é pouco! O que ocorre é que, na tendência em questão, o encontro entre a dimensão administrativa (espírito de empresa) e os modos de gestão (dos trabalhadores) é abordado dicotomicamente, na perspectiva do enfrentamento, qual seja: pela lógica da exclusão, a variabilidade dos modos de gestão devem ceder às prescrições. Os impasses e emperramentos que surgem nesse enfrentamento, são entendidos como desvios ou erros na adoção de procedimentos e não como efeitos das próprias condições e circunstâncias nas quais são gerados os empreendimentos. A incompetência e a cultura dos trabalhadores - resistência, passividade, dependência - aparecem como as justificativas mais frequentes para explicar o fracasso das iniciativas. (AGUIAR,2007).

Mas se argumentamos pela indissociabilidade entre os modos de formar-gerir-trabalhar podemos arriscar um pensamento que, para além das formas constituídas desse plano macropolítico, abra a experiência à processualidade ético-estética. Um convite que não pretende negar as formas instituídas, mas observar a lógica (micropolítica) de sua vinculação com a

dimensão das forças e dos processos instituintes: interpelar as modelizações/rotulações favorecendo a criação, outros efeitos de sentido.

1.2.3 A formação como prática de in(ter)venção

O que buscamos evidenciar a partir da entrada micropolítica é que, frente à capilaridade das estratégias de controle no contemporâneo, é imperativo a criação permanente de dispositivos para que as questões estejam se colocando e se recolocando a cada momento – construção da ética nas práticas. Tomar essa atitude de problematização, é falar do presente, colocar em análise as implicações dos produtores e assessores (pesquisadores) e experimentar os efeitos de nossas ferramentas de investigação. (GUATTARI & ROLNIK, 1986)

Nesse campo no qual nos movemos – o da economia dos setores populares - temos explorado, como hipótese de trabalho, o enlace entre a viabilidade econômica e a gestão democrática como condição da sustentabilidade, entendida aqui como a capacidade das pessoas tocarem seus empreendimentos. O estudo de viabilidade e gestão se constitui como dispositivo de coletivização de produtores, assessores e outros atores que interferem direta ou indiretamente na realização da atividade produtiva.

Propomos, em tensionamento com a tendência tecnicista, uma inversão de nossa atenção na definição de como iniciar a abordagem das pessoas e da atividade. O que os trabalhadores já fazem e como fazem; as dificuldades, desafios e soluções que encontram no cotidiano do ofício; a lógica de funcionamento do empreendimento, constituem, dentre outros elementos, a matéria-prima, o ponto de partida para a investigação a ser empreendida. Importante lembrar que mesmo antes de se iniciar um empreendimento, não havendo grupo constituído, as pessoas trazem consigo suas histórias/trajetórias de vida, o que certamente inclui experiências diversas no mundo do trabalho e fora dele. A exploração dessas histórias favorece uma primeira aproximação das potencialidades, anseios e temores do coletivo em construção.

Nesse caminho, as prescrições são entendidas enquanto uma dimensão – a de uma racionalidade administrativa – que se atualiza no trabalho de cada um. Mesmo que corporificada, de forma exemplar, na figura do patrão ou nas instâncias de administração, cada trabalhador terá que se haver, na atividade e em seu posto de trabalho, com a tensão entre o prescrito e o realizado. Entendida essa tensão como indicativa da co-existência de diferentes racionalidades na realização da atividade, podemos dizer que o trabalho é sempre encontro de valores. (SCHWARTZ & DURRIVE, 2007).

Importa aqui, nesse percurso, além da desmistificação das contas, colocar em questão as idealizações tanto acerca dos processos grupais quanto dos desempenhos das pessoas. As idealizações expressam o apego aos modelos do que está posto como indicador de sucesso e nos dão pistas para intervir pela mudança na qualidade das relações. Pode ser, por exemplo, que não seja possível juntar todas as pessoas que integram um empreendimento para uma observação partilhada da atividade, tal como proposto pelo dispositivo do estudo de viabilidade e gestão. Mas sendo essa uma condição também ideal, será preciso ter em conta a especificidade do empreendimento. Na maioria das vezes se faz necessário todo um trabalho de abordagem com cada integrante, quase um corpo a corpo, para deflagrar um processo coletivo presencial.

Trabalhar a noção de formação numa perspectiva ampliada, para além de aquisições de habilidades e competências, é acolher a ideia de que com nossas propostas disparamos processos que investem modos de pensar, de sentir, de aprender, de amar... O que queremos afirmar é que, queiramos ou não, nas práticas educativas – em suas diferentes modalidades: capacitações, treinamentos, consultorias, assessorias – estamos atuando diretamente na produção de subjetividades, de modos de vida. Não é apenas uma ação de re-conhecimento de um mundo já existente, mas é também produção de real, de outros possíveis: uma ação cultural. O que nos coloca numa relação de responsabilização diante dos efeitos produzidos, dos sentidos que vão se construindo e que ganham força nas ações individuais e coletivas. E isso é fazer política.

1.2.4 No caminho de novas proposições

Se entendemos que a cisão entre subjetividade e política se desenhou como mito no solo fértil do sistema de referência hegemônico (paradigma), o primeiro desafio a enfrentar é o de que somos constituídos pelas mesmas práticas que temos a intenção de transformar. Ou seja, pensar e fazer formação é antes de tudo colocar em discussão nossos lugares sociais e nossos encargos históricos. Estamos nos referindo a um modo de funcionamento do mundo e, ao mesmo tempo, de nós mesmos. Assim, parece ser impensável qualquer estratégia de transformação que não passe por colocar em análise as implicações dos trabalhadores sociais e de suas práticas, na constituição do existente. (AGUIAR, 2003)

O que estamos instituindo em nossas práticas? O que colocamos em movimento quando transplantamos as políticas de formação desde sempre veiculadas pelas instituições escolares para o âmbito dos movimentos populares e, mais especificamente, para os espaços da economia solidária? Será que podemos pensar, falar e afirmar um outro mundo como possível, manejando as mesmas ferramentas?

A consideração do estudo de viabilidade e gestão democrática como dispositivo na formação sócio-política, desde uma perspectiva de produção de subjetividades, evidencia a posição/lugar do assessor como estratégico. Ele se localiza numa encruzilhada entre a manutenção do mesmo e os movimentos de mutação social, e seus deslocamentos podem abrir, à análise, as instituições que se atualizam nos processos de trabalho e de construção de conhecimento nas diferentes iniciativas da economia dos setores populares.

Referências bibliográficas

AGUIAR, K. F. Ligações perigosas e alianças insurgentes. Subjetividades e movimentos urbanos. São Paulo : Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

_____. Economia dos Setores Populares - modos de gestão e estratégias de formação. In KRAYCHETE, G. & AGUIAR, K. Economia dos setores populares – sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: Oikos, 2007, pp.106-121.

_____. & ROCHA, M.L. Práticas universitárias e a formação sócio-política In: Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política, vol 3/4, Niterói: UFF, 1997, p. 97-112.

ANSELL-PEARSON, K. Nietzsche como pensador político – uma introdução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ATHAYDE, M. Processo produtivo, espaço educativo: um campo de lutas. João Pessoa: Dissertação de Mestrado. UFPB, 1988.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. Micropolítica – cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROCHA, M. & AGUIAR, F. Pesquisa intervenção e a produção de novas análises. Psicologia: ciência e profissão, 4, pp. 64-73, 2003.

1.3 Sustentabilidade e Viabilidade de Empreendimentos Associativos: Aspectos a Serem Considerados

*Gabriel Kraychete*³

1.3.1 Relação entre processo de trabalho, viabilidade econômica e gestão democrática.

A produção, fora do seu contexto, é uma abstração. Não existe uma produção em geral. Qualquer processo de trabalho, seja de uma empresa privada, de um agricultor familiar ou de um empreendimento associativo da economia solidária, possui os mesmos elementos constitutivos, ou seja: i) a força de trabalho; ii) o objeto de trabalho (matérias-primas) sobre o qual o trabalho atua; e iii) os meios de trabalho (instrumentos de trabalho) através dos quais o trabalho atua.

Na realidade, o que existe são formas concretas de produção que supõem uma determinada combinação de relações técnicas e relações sociais de produção. Um indivíduo que trabalha a terra para a produção de cana-de-açúcar estabelece determinadas relações técnicas com a terra e com os meios de trabalho. Esta pessoa, entretanto, pode ser um agricultor familiar, um trabalhador assalariado, um escravo etc. Ou seja, concretamente, um mesmo conteúdo técnico toma diferentes formas sociais de produção, que expressam diferentes relações de propriedade dos meios de produção e de apropriação do resultado do trabalho.

A produção de mercadorias não é uma invenção do capitalismo. Nem todo produto é mercadoria e nem todo dinheiro é capital. A mercadoria resulta do trabalho humano e se destina ao mercado. O que caracteriza o capital não é o uso de máquinas e equipamentos, mas a transformação da força de trabalho em mercadoria. O capital é uma relação social caracterizada pelo uso do trabalho assalariado. Não existe capital sem trabalho assalariado.

Em outras formas sociais de produção a força de trabalho não se constitui numa mercadoria. É o caso, por exemplo, do trabalho realizado de modo individual ou familiar, ou dos empreendimentos associativos. Nestes casos, os trabalhadores vendem as mercadorias que produzem, mas não vendem a sua força de trabalho.

Para a transformação do dinheiro em capital, o dono do dinheiro terá que encontrar no mercado o trabalhador livre, em duplo sentido: livre para dispor de sua força de trabalho; e livre no sentido de despossuído, ou seja, não possuir outra mercadoria a não ser a sua própria capacidade de trabalho, que vende em troca de um salário.

O capitalista compra os elementos necessários ao processo de trabalho: os meios de produção (matérias-primas, máquinas, equipamentos) e a força de trabalho. O processo de trabalho ocorre entre coisas que pertencem ao capitalista. O resultado do trabalho (o lucro) pertence ao empresário. É o empresário que decide sobre as técnicas de produção, os meca-

³ *Gabriel Kraychete – Economista e professor titular da Universidade Católica do Salvador. Coordenador do Programa Economia dos Setores Populares e pesquisador do Núcleo de Estudos do Trabalho – UCSal. Colaborador da CAPINA.*

nismos de controle e de gestão que vai utilizar. A avaliação das alternativas e as decisões são tomadas visando o maior lucro. As grandes empresas possuem departamentos e gerentes que decidem e prestam contas aos acionistas.

Na empresa capitalista o processo de trabalho manifesta-se como um meio do processo de valorização do capital. É o local onde o capital produz e é produzido e, por isso mesmo, requer o controle imposto, abusivo ou refinado, sobre os trabalhadores.

O estudo de viabilidade de uma empresa capitalista, portanto, tem por substrato a reprodução de uma determinada relação social de produção, marcada pela propriedade privada dos meios de produção, pela condição de mercadoria da força de trabalho e pela apropriação do resultado do trabalho, – sob a forma de lucro – pelo capitalista. Esta forma social de produção gera e necessita mecanismos de controle e de gestão impostos aos trabalhadores.

Em um empreendimento associativo, instalações, máquinas e equipamentos pertencem ao conjunto dos trabalhadores. O empreendimento associativo produz mercadorias. Neles, entretanto, a força de trabalho não se constitui numa mercadoria. Os ganhos econômicos representam uma condição necessária à existência e reprodução ampliada dos empreendimentos associativos, mas são distribuídos ou utilizados conforme as regras definidas pelos seus participantes. Para que a atividade funcione é preciso que cada um dos envolvidos assuma, de comum acordo, compromissos e responsabilidades. São estas regras de convivência estabelecidas pelos próprios associados que determinam a forma e a qualidade dos processos de gestão e de controle utilizados no empreendimento.

O estudo de viabilidade de um empreendimento associativo, portanto, tem por substrato a reprodução de uma determinada relação social de produção, marcada pela propriedade coletiva dos meios de produção, pela condição de não mercadoria da força de trabalho e pela apropriação do resultado do trabalho pelos trabalhadores associados conforme as regras por eles definidas. Esta forma social de produção gera e necessita mecanismos democráticos de controle e de gestão.

Conclusão: o substrato, as condições que caracterizam um empreendimento associativo são diferentes daquelas que caracterizam uma empresa capitalista. Pensar a viabilidade de um empreendimento associativo, portanto, é substancialmente diferente de pensar a viabilidade de uma empresa capitalista. O que se pretende viabilizar (reproduzir de forma ampliada) são relações sociais de produção substancialmente diferentes.

Se o que buscamos são formas de trabalho economicamente viáveis e emancipadoras, a eficiência econômica e o modo de gestão não podem ser pensados separadamente. A eficiência econômica não é um fim em si mesmo, não é uma meta que se autovalide, mas pressupõe a indagação: eficiência econômica para quais objetivos?

Nestes termos, nos deparamos com o seguinte desafio: como implementar estratégias de formação em que os integrantes dos empreendimentos associativos construam, simultaneamente, a compreensão das condições necessárias à viabilidade econômica e autogestionária dos empreendimentos, considerando as relações técnicas e sociais de produção peculiares a cada empreendimento? Ou seja, como implementar estratégias de formação que contribuam para a sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária?

1.3.2 Sustentabilidade dos empreendimentos associativos

Apesar dos avanços conquistados pelo movimento da economia solidária, os empreendimentos associativos, quando observados de perto, revelam grandes dificuldades e fragilidades. A sustentabilidade dos empreendimentos associativos populares pressupõe que os seus associados se encontrem habilitados para assumir a condução do empreendimento. Ou seja, que os associados compreendam as condições necessárias para que a atividade venha a dar certo. Isto envolve tanto questões internas como externas ao grupo.

O grupo deve saber tocar e gerir o empreendimento. Mas a sustentabilidade da atividade também depende de condições que, por si só, o grupo não tem condições de resolver. Por exemplo: condições adequadas de crédito e financiamento, legislação e sistema tributário apropriados, infra-estrutura, pesquisa, formação dos trabalhadores etc. Nem as questões externas nem as internas ao grupo, sozinhas, dão conta do problema. É preciso que haja uma combinação das duas – elas são complementares.

Entendida desta forma, a sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária não é um problema estritamente econômico nem se equaciona no curto prazo, mas pressupõe ações políticas comprometidas com um processo de transformação social. O que está em jogo não são ações pontuais, localizadas, compensatórias ou filantrópicas, mas intervenções públicas que, através do fortalecimento da cidadania, criem condições favoráveis ao desenvolvimento de uma outra economia.

Não se trata apenas de gerar alternativas ao desemprego, mas de enfrentar o seguinte desafio: como desenvolver relações de trabalho que sejam, ao mesmo tempo, economicamente viáveis e emancipadoras ?

No caso dos empreendimentos associativos populares, a eficiência econômica e a forma de gestão (democrática) não podem ser pensadas separadamente. Se for verdade que um pressuposto primordial à sustentabilidade dos empreendimentos associativos é que os seus integrantes conheçam as condições necessárias para que a atividade que desenvolvem ou pretendam implementar tenha maior chance de êxito, um instrumento essencial a ser utilizado é o estudo de viabilidade.

Para que este estudo tenha uma utilidade prática e contribua efetivamente para uma maior consistência dos empreendimentos da economia popular solidária é necessário que o mesmo considere a lógica peculiar de funcionamento destes empreendimentos.

1.3.3 Estudo de viabilidade dos empreendimentos associativos

O estudo de viabilidade é um processo de aprendizado de todos os participantes do empreendimento direcionado para o conhecimento de todos os aspectos da atividade que realizam. O que se pretende através do estudo é aumentar a capacidade do grupo de intervir e influir na realidade em que se situa.

Ou seja, o estudo de viabilidade é um instrumento que instiga a reflexão dos trabalhadores sobre as questões internas ao grupo (a organização e o processo de trabalho, o que cabe a cada um fazer e por quê, as relações de cada um com os outros), e externas (as relações com a comunidade local, com o mercado, com as entidades de apoio e fomento, com o Estado e

com as diferentes esferas do governo), contribuindo para gerar demandas por políticas (crédito, educação etc.) adequadas à sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária. Ele não se restringe, portanto, aos aspectos estritamente econômicos. Entendido desta forma, o estudo de viabilidade não é uma questão técnica, mas essencialmente educativa e política.

As organizações econômicas populares possuem uma lógica peculiar. Não podem ser avaliadas ou projetadas copiando ou tomando-se por referência os critérios de eficiência e planejamento típicos à empresa capitalista. Tradicionalmente, os instrumentos de gestão, planos de negócio, análise de mercado e estudos de viabilidade reportam-se às características das empresas de médio ou grande porte, distanciando-se das realidades encontradas nos empreendimentos associativos.

Em geral, os empreendimentos não são precedidos do estudo de viabilidade, mas apenas de uma “lista de compras” referente ao valor dos investimentos. Ou, então, quando realizados, estes estudos nem sempre consideram a lógica peculiar de funcionamento dos empreendimentos associativos. Exemplo disso é o tratamento das questões econômicas e do processo de gestão como coisas separadas, estanques, diferentes. Ou a realização de um plano de negócio, como se o empreendimento associativo fosse uma pequena ou média empresa.

Quando realizado exclusivamente por um técnico, sem a participação do grupo, o estudo tem grandes chances de ter pouca utilidade prática, mesmo porque quem vai tocar o projeto é o grupo e não o técnico. O estudo, desta forma, transforma-se em mais um documento a ser muito bem guardado e esquecido em alguma prateleira.

1.3.4 Uma formação adequada à realidade dos empreendimentos associativos

As atividades de formação descoladas dos processos de trabalho concretos peculiares a cada empreendimento, constituem-se numa abstração. Em geral, as atividades de formação para o associativismo atêm-se aos princípios do cooperativismo e do trabalho associativo. Estes princípios são uma declaração do dever ser. Expressam uma meta, um ponto de chegada, um enunciado que todos concordam, mas que vale tanto para as primeiras cooperativas na Europa do século XIX, para um empreendimento associativo de grande porte, como para um pequeno grupo de mulheres que se organiza numa associação de costureiras. As condições concretas do processo de trabalho e das condições em que ele ocorre são muito diferentes em cada um destes empreendimentos, com evidentes implicações para a gestão cotidiana dos mesmos.

Se nos atemos apenas aos princípios e não nos deixamos interpelar pela realidade podemos enfrentar problemas incontornáveis. Por exemplo: o primeiro princípio do cooperativismo é a associação livre e voluntária. Mas sabemos que, numa realidade como a brasileira, a busca de uma alternativa de trabalho face ao desemprego se constitui na principal motivação para a organização dos empreendimentos associativos.

É grande a responsabilidade das instituições de apoio e fomento em estimular a reflexão sobre a viabilidade dos empreendimentos associativos. Trata-se da sistematização de um conhecimento novo que permita equacionar, de forma apropriada, as condições que, uma vez

atendidas, aumentem as possibilidades de êxito destes empreendimentos.

Quero destacar a contribuição inovadora da Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa - CAPINA sobre este tema⁴. Tal como o entendemos, estudo de viabilidade envolve, necessariamente, a participação dos integrantes dos empreendimentos associativos. Ou seja, não se trata de um trabalho tecnocrático, realizado por especialistas externos ao grupo, mas de uma construção coletiva de conhecimentos em que os integrantes dos grupos e assessores descobrem juntos as condições necessárias à sustentabilidade do empreendimento. Nestes termos, a realização do estudo de viabilidade assume uma perspectiva totalmente distinta de um trabalho exclusivamente técnico, hierarquicamente superior, realizado por terceiros e que desconsidera o contexto cultural e a lógica peculiar de funcionamento dos empreendimentos populares.

4 Ver a respeito Kraychete, G. *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação*. São Leopoldo, Oikos; Capina, 2007

Referências bibliográficas

CORAGGIO, J.L. Sobre la sostenibilidad de los emprendimientos mercantiles de la economía social y solidaria. Disponível em < <http://www.coraggioeconomia.org>.>.

FOLADORI, G. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

KRAYCHETE, G., COSTA, B., LARA, F. (orgs.) Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

KRAYCHETE, G. Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação. Rio de Janeiro, CAPINA, OIKOS, 2007. Disponível em www.capina.org.br

MARX, K. O Capital. Livro 1, vol 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971

MTE-SENAES. Sistema nacional de informações em economia solidária. Relatório nacional 2005. Disponível no site www.mte.gov.br

1.4 Mercado para Quem? Por uma Comercialização a Favor da Transformação Social

*Renata Pistelli*⁵

A comercialização de produtos e serviços é um elo central na cadeia produtiva, e está intrinsecamente relacionada à realidade da produção e dos produtores e produtoras, às condições de escoamento, logística e distribuição dos produtos, às negociações de preço e políticas de pagamento e ao (re)conhecimento dos consumidores. Neste sentido, compreender a comercialização como processo, que, assim sendo, vai muito além da venda dos produtos ou serviços, pressupõem: reconhecer o grau de complexidade que está presente em cada uma de suas etapas; entender que o “sucesso” da comercialização depende necessariamente das condições de produção e consumo; e, sobretudo, pressupõem compreender que comércio é relação, ou seja, que as práticas comerciais sempre estão vinculadas às relações (muitas vezes, de poder) que se estabelecem no interior da cadeia produtiva.

Sendo assim, podemos nos propor algumas reflexões: Como se dão as relações comerciais na sociedade em que vivemos? Qual a relação de forças entre os atores da cadeia produtiva (produtores-comerciantes; comerciantes-consumidores) nas negociações comerciais?

Entendendo Mercado como um ambiente onde as relações comerciais acontecem, é preciso lembrar que não existe um mercado único e acabado, mas sim inúmeros mercados, com interesses e perfis diferenciados. Porém, o modelo hegemônico de mercado, adotado na sociedade atual, se funda no estímulo a padrões de produção e consumo absolutamente insustentáveis, que favorecem exclusivamente a apropriação e a concentração do capital. Desta forma, fica claro que impera a insensibilidade frente às necessidades e anseios dos empreendimentos produtivos, e, ao mesmo tempo, a manipulação dos consumidores para comprarem sempre, e muito.

Não é possível ignorar que informação é poder. A relação de forças entre os atores de uma negociação comercial está relacionada às suas possibilidades de acesso à informação, sendo este exatamente um dos maiores desafios que os empreendimentos produtivos enfrentam para comercializar – falta de informação sobre formação de preço, sobre o mercado, sobre a abrangência da cadeia comercial como um todo, entre outras questões essenciais. E é exatamente devido a essas carências no ambiente produtivo que a atuação dos atravessadores ganha espaço e, muitas vezes, mesmo tendo um caráter exploratório, acabam por prestar um serviço e possibilitar, ao menos, o escoamento da produção.

Assim, frente à complexidade das relações comerciais e à necessidade de viabilizar economicamente seus empreendimentos, cresce a demanda concreta por parte dos trabalhadores e trabalhadoras da economia dos setores populares de acesso ao mercado, com todas

⁵ Renata de Salles Santos Pistelli - Diretora de projetos do Instituto Kairós – Ética e atuação responsável, e integrante do Conselho de Gestão do FACES do Brasil, plataforma de Comércio Justo e Solidário.

as suas contradições e selvagerias. Mas que condições têm tais grupos produtivos de atuar neste mercado?

Alguns dados do Mapeamento Nacional da Economia Solidária, realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES/MTE, refletem as dificuldades vivenciadas pelos empreendimentos associativos, dentre as quais, a comercialização é declarada como a principal para 61% deles. Diversas são as Consultas Públicas realizadas junto aos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária, com o objetivo de subsidiar a elaboração de Políticas de Fomento, trazendo à tona um grande número de demandas em relação à comercialização, que vão desde questões estruturais (transporte, logística, espaços de comercialização), jurídicas (revisão do marco legal), até capacitação em gestão financeira, vendas, ferramentas de marketing, entre outros.

Com isso, percebemos que existe um mercado com uma extrema concentração de poder nas mãos de poucas e grandes corporações que ditam as regras comerciais nacionais e internacionais e uma gama de trabalhadores e trabalhadoras da economia dos setores populares almejando conhecer estas regras e estruturar sua capacidade de produção e gestão para poder atuar neste mercado. Reconhecer isto e direcionar esforços para o desenvolvimento e fortalecimento de ações neste sentido é importante e urgente. Porém, levantar a possibilidade e a importância de questionarmos o caráter e a dinâmica do que está aí e trabalhar por mudanças mais profundas, é fundamental.

Podemos, por um lado, fomentar o acesso ao mercado e, ao mesmo tempo, questionar as relações comerciais que estão sendo praticadas, utilizando nosso poder para transformar as regras do jogo?

Afirmar esta possibilidade, nos remete ao entendimento da economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento, que impulsiona o questionamento acerca do próprio modelo de desenvolvimento adotado pela nossa sociedade e assim, se propõem a construir e consolidar novas práticas nas relações de produção, comercialização e consumo. Seguindo nessa direção, entendemos que a comercialização, compreendida como processo, como relação, pode ser uma importante ferramenta para a transformação social.

1.4.1 A Comercialização Justa e Solidária como estratégia de transformação social

O Comércio Justo e Solidário vem propor a prática de outras relações comerciais, re-colocando na cadeia produtiva elementos que foram desconsiderados pelos atuais padrões de produção e consumo. Tal proposta vem movida pela intenção de transformar o mercado, que hoje está a serviço do capital, visando a construção de uma nova realidade, a serviço das pessoas e da vida.

Para tornar isto possível, é fundamental criar condições para que os atores da cadeia produtiva (produtores, comerciantes e consumidores) possam se reconhecer, visando a legitimação dos diferentes papéis que assumem. Garantir o reconhecimento do processo de produção, o universo que existe por trás de cada produto e serviço; o reconhecimento dos produtores e produtoras como geradores de riqueza na cadeia produtiva. Reconhecer que a venda ou distribuição de produtos é também um trabalho, que demanda funções específicas,

podendo estas ser assumidas ou bem pelos próprios produtores, ou bem por parceiros comerciais, atuando em uma relação de transparência e colaboração. E, por fim, reconhecer os consumidores e consumidoras como atores, com um papel de co-responsabilidade na cadeia, e não meramente mercado.

Podemos desenvolver e fortalecer juntos, processos comerciais que sejam pautados por valores de solidariedade e ética, internalizando elementos sócio-ambientais desconsiderados nos moldes de produção convencionais?

A melhor forma de afirmar que isto é possível é observar como isto acontece na prática de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, no Brasil⁶ e no mundo, organizados em empreendimentos produtivos, pontos de venda ou centrais de comercialização, grupos de consumo, bancos comunitários, entre outras iniciativas, que buscam a sustentabilidade e viabilidade econômica em seu trabalho, e têm suas práticas coerentes com os valores que querem fortalecer na sociedade.

1.4.2 Relações de produção

Quando pensamos na importância do respeito ao meio ambiente no processo produtivo, temos bastante o que aprender com muitas das associações de agricultores familiares que praticam a agroecologia e, em muitos casos desenvolvem tecnologias inovadoras, como aqueles associados à APAT - Associação dos Pequenos Agricultores de Tombos, em Minas Gerais, que dentre muitos de seus saberes, aplicam os conhecimentos da Homeopatia e Fitoterapia no manejo das plantações. Também temos o que aprender com os artesãos e artesãs que buscam parcerias para desenvolver, por exemplo, corantes naturais para utilização em seu trabalho, como observamos junto às mulheres que fazem artesanato a partir da palha da banana no Quilombo de Ivaporunduva, localizado no Vale do Ribeira, estado de São Paulo.

É interessante conhecer como muitos dos empreendimentos da economia solidária atuam ao optar pela auto-gestão como forma de organização do trabalho, por acreditar no exercício da gestão democrática. Desta forma, lidam com o desafio e o aprendizado constante que esta prática proporciona, pois, ao colocar na mesa as potencialidades e as diferenças que o coletivo representa, muitas questões pertinentes às relações humanas, como diferenças de gênero, de etnia, de idades, de saberes, ganham espaço para serem trabalhadas de forma vinculada ao exercício da atividade econômica.

1.4.3 Relações comerciais

Quando nos propomos então a observar como as práticas comerciais diferenciadas podem acontecer, podemos perceber o quanto esta proposta é desafiadora. As dificuldades estão

⁶ Em 2007, a plataforma de Comércio Justo - Faces do Brasil, em conjunto com a SENAES, desenvolveu o Projeto de Articulação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, onde foram contatadas 25 experiências de comercialização justa e solidária no Brasil, com o objetivo de reconhecer qual a interação dos princípios e critérios do Comércio Justo e Solidário com as práticas que estão sendo desenvolvidas. Informações disponíveis no site www.facesdobrasil.org.br

presentes desde a formação do preço, negociação das políticas de pagamento, até o acesso dos consumidores aos produtos.

Não é possível ignorar que internalizar os elementos sócio-ambientais na cadeia produtiva tem um custo diferenciado (não necessariamente maior, mas de qualquer forma diferenciado). Mensurar este custo na formação do preço é uma grande dificuldade dos produtores e produtoras, e, ao mesmo tempo, é algo fundamental para trazer sustentabilidade a estas práticas produtivas. Este é o desafio de compor o chamado Preço Justo, entendido como valor a ser pago ao produtor que proporcione a ele condições dignas de vida e de trabalho. Mas chegamos então a uma grande questão - Preço Justo para quem? Como compor o preço de forma que seja justo ao produtor e acessível ao consumidor? Afinal, o objetivo é que os produtos elaborados e comercializados sob a ótica da justiça e solidariedade possam ser acessíveis a todos os brasileiros e brasileiras.

Uma forma interessante de lidar com o desafio do preço justo é a prática do “preço aberto”, adotada, por exemplo, pelo Sementes de Paz, empreendimento solidário que atua na distribuição e logística de produtos alimentícios na cidade de São Paulo. O valor de cada produto da lista está discriminado e assim os consumidores (organizados em núcleos) podem saber quanto o produtor receberá e qual o valor proporcional ao trabalho da distribuição e logística.

Outro elemento importante de ser observado é a questão das políticas de pagamento adotadas. As práticas de consignação e pagamento a (longo) prazo, muito praticadas no comércio convencional, podem ser bastante prejudiciais aos grupos produtivos. Isto porque, na maioria das vezes precisam produzir para repor a mercadoria vendida sem ainda ter recebido por ela, o que pode gerar endividamentos e a consequente inviabilidade do empreendimento. Assim, negociar formas de pagamento que sejam mais benéficas ao produtor é essencial. Porém, é fundamental reconhecer que a venda dos produtos também tem diversos custos atrelados. Isto é importante para compreender o desafio da sustentabilidade dos espaços de comercialização da economia solidária (lojas de comércio justo, centrais de comercialização, entre outras) que muitas vezes precisam recorrer a subsídios para poder criar estrutura e construir relações com os consumidores para então alcançar a viabilidade econômica.

1.4.4 Relações de Consumo

O consumidor tem um papel decisivo na efetivação das relações comerciais justas e solidárias. Reconhecer a importância deste papel, entendendo que o ato de consumo tem consequências sociais e ambientais no mundo em que vivemos, é ainda um desafio para a grande maioria das pessoas. A proposta do consumo responsável vem nos convidar a refletir sobre o alcance do nosso ato de consumo, sobre como este se configura em um ato de apoio, que pode fortalecer toda uma cadeia diferenciada por trás de um simples produto ou serviço. Compreende-se desta maneira o consumo como um ato político.

Quando observamos como outros padrões de consumo podem ser aplicados na prática, percebemos que a organização dos consumidores é essencial para mobilizar este processo e criar condições para que a experiência possa ser sustentável. Neste sentido, existem diversas iniciativas de consumo coletivo no Brasil, como por exemplo a Rede Ecológica no Rio de Janeiro/RJ. Tal iniciativa existe há sete anos, e articula diversas famílias consumidoras

organizadas em núcleos em diferentes bairros da cidade na compra de alimentos orgânicos oriundos de associações de produtores da economia solidária.

Paralelo a isto, é importante que o exercício do consumo responsável seja assumido cada vez mais na esfera das compras públicas e institucionais, pois aí existe a possibilidade de ampliar a escala e, assim, ampliar a contribuição de tais práticas no caminho da transformação social.

1.4.5 O Comércio Justo e Solidário no Brasil

Todos os pontos aqui colocados, com a intenção de caracterizar as relações comerciais justas e solidárias, foram acompanhados dos desafios que existem para sua prática, isto quer dizer que a proposta do Comércio Justo e Solidário é uma construção social, que não está pronta ou acabada, mas que depende do fortalecimento e atuação de todos os atores para sua efetivação.

Neste sentido, desde o ano 2000, o Comércio Justo e Solidário começa a ser debatido no Brasil, por diversas entidades de apoio, instituições representativas de produtores, e representantes do governo e, em 2001 surge a plataforma brasileira de comércio justo, o Faces do Brasil.

No âmbito das políticas públicas, está em trâmite no governo federal, impulsionada pela SENAES/MTE, a normativa⁷ que visa instituir o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS), entendido este como um conjunto integrado de conceitos, princípios, critérios, atores e instâncias de gestão, organizados em uma estratégia de afirmação e promoção do Comércio Justo e Solidário no país. É um projeto político, pois tem como objetivo o reconhecimento pelo Estado Brasileiro do Comércio Justo e Solidário como política social de enfrentamento das desigualdades sociais e precariedade das relações de trabalho.

A aprovação da normativa do SNCJS, que consolidará o compromisso do Estado brasileiro na efetivação desta política, é necessária e urgente, e é também uma conquista devida ao movimento da economia solidária no Brasil e demais atores que estão envolvidos e contribuem neste processo. Porém, por si só, a norma não vai garantir “vida” ao SNCJS, sendo essencial para tanto o engajamento de todos e todas que reconhecem nesta proposta um caminho para a efetivação de outras relações comerciais possíveis, e fazem da sua prática econômica, quer seja na produção, comercialização ou no consumo, a atuação necessária para a mudança que querem ver no mundo.

1.4.6 A possibilidade de criar novas formas de fazer

Nesta perspectiva de transformação, é importante sempre nos questionarmos acerca do que queremos fazer diferente. Queremos somente nos apropriar das ferramentas utilizadas no comércio convencional ou criar novas? Queremos ampliar o conhecimento sobre o Marke-

⁷ Fizeram parte do Grupo de Trabalho Interministerial para construção da normativa pública do SNCJS: Faces do Brasil – Plataforma de Comércio Justo e Solidário; Ecojus – Associação Brasileira de Empreendimentos de Economia Solidária e Ag Familiar CJS; FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária; SENAES; SAF; SDT e Sebrae Nacional.

ting, ou questionar a forma como este vem sendo aplicado, manipulando, criando necessidades e ditando estilos de vida? Queremos construir shoppings-centers da economia solidária ou questionar a necessidade da existência de “templos” de consumo, misturando compras com lazer e terapia?

Somos capazes de fazer diferente, e temos o desafio de aprofundar nossa capacidade de organização em Rede, de nos apropriar do que já está acontecendo nessa direção, no âmbito das tecnologias sociais, sistemas de informação⁸, trocas e logísticas solidárias, entre outros. E especialmente, trazer estes elementos para nossa prática, na vida pessoal, na atuação como educadores nos processos formativos, ou na produção de bens e serviços, assumindo-nos como trabalhadores e trabalhadoras na construção de um mundo mais bonito.

** Este texto tem como referência reflexões realizadas em conjunto com companheiros do Instituto Kairós (Ana Flávia Borges Badue e Diogo Jamra Tsukumo) e do Faces do Brasil (Fabiola Zerbini), assim como, com os companheiros do Grupo temático de Comercialização, do Encontro de Elaboração de referências para a Formação de Formadores no campo da economia dos setores populares (Corália Carvalho, Ciro Frossard, Gabriel Kraychete e Robson Patrocínio).*

Referências bibliográficas

BADUE, Ana Flávia Borges et al. Manual Pedagógico Entender para Intervir – Por uma educação para o consumo responsável e o comércio justo. São Paulo, Instituto Kairós; Paris, Artisans du Monde, 2005.

FRANÇA, Cassio Luis de (Org) Comércio Ético e Solidário no Brasil, São Paulo, Fundação Friedrich Ebert, 2003.

FRARE, Ana Paola et al. Princípios básicos para a comercialização de produtos e serviços de cooperativas e associações, Rio de Janeiro: DP&A, FASE, 2001.

Faces do Brasil e SENAES/MTE. O Comércio Justo e Solidário no Brasil. Disponível no site www.facesdobrasil.org.br

Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária-Caderno de Aprofundamento aos Debates. Disponível no site www.fbes.org.br

MTE-SENAES. Sistema de Informações em Economia Solidária-SIES. www.mte.gov.br

MONTAGUT, Xavier e VIVAS, Esther (coords.). Supermercados, no gracias – grandes cade-nas de distribución: impactos y alternativas, Icaria, Barcelona, 2007.

⁸ Sistema FBES de Economia Solidária: farejadores, entre outros. Disponível no site www.fbes.org.br

2.1 Uma proposta de como fazer o Estudo de Viabilidade Econômica

- O estudo de viabilidade tem três objetivos básicos:
- Identificar e fortalecer as condições necessárias para que um projeto tenha êxito;
- Identificar e tentar neutralizar os fatores que podem dificultar o êxito do projeto;
- Permitir que todos os participantes conheçam bem o projeto, comprometendo-se com suas exigências e implicações.

No que consiste o estudo de viabilidade de projetos associativos:

O estudo de viabilidade dos projetos realizados de forma associativa engloba dois aspectos:

- A análise econômica do empreendimento que o grupo pretende realizar;
- As questões sobre a gestão e as relações associativas, (combinar as relações que as pessoas envolvidas no projeto vão estabelecer entre si, as tarefas, compromissos e responsabilidades a serem conjuntamente assumidos).

A análise econômica:

Para fazermos um estudo de viabilidade precisamos:

- Conhecer muito bem a atividade que queremos implantar;
- Pensar previamente sobre os vários aspectos que envolvem o nosso empreendimento.

Com isso:

- Aumentamos a possibilidade de êxito do nosso projeto;
- Evitamos uma grande quantidade de problemas que poderiam surgir no futuro.

A análise de viabilidade econômica se divide em duas partes:

Primeira Parte: As perguntas necessárias

- Sistematizar e aperfeiçoar o nosso conhecimento sobre o projeto que pretendemos implementar;
- Identificar os números que iremos utilizar, na segunda parte, para as contas que teremos que fazer.

Procedimentos: Formulamos, a nós mesmos, uma série de perguntas sobre o empreendimento que queremos realizar.

Segunda Parte: Contas e Conceitos Básicos (Resultado, Margem de Contribuição e Ponto de Equilíbrio).

- Ordenar e interpretar os números que encontramos na primeira parte;
- Fazer as contas necessárias, utilizando as respostas de algumas das perguntas que formulamos anteriormente.

Analisaremos, agora, apenas as perguntas necessárias. Em seguida veremos as contas e os conceitos básicos

2.1.1 Primeira Parte: As perguntas necessárias

- Cada grupo deve formular as perguntas mais adequadas ao seu tipo de projeto;
- O que precisamos é saber escolher bem as perguntas;

Sugestão: classificar as perguntas considerando os vários aspectos do projeto.

É da maior importância que todas as pessoas diretamente envolvidas no projeto participem de todo o processo: formulando as perguntas e buscando as respostas.

O roteiro que segue é apenas uma sugestão. Cada grupo deve formular as perguntas mais adequadas ao tipo de atividade que realiza.

Perguntas preliminares:

- O que vamos produzir?
- Que quantidade pretendemos produzir?

Perguntas sobre os investimentos

Listar tudo o que é preciso comprar e gastar para instalar o projeto (máquinas, equipamentos, construção, móveis, etc.)

Máquinas e equipamentos:

- Para conseguir a produção planejada, quais são as máquinas e equipamentos que precisamos comprar?
- Qual o preço dessas máquinas e equipamentos?

Construções:

- Vai ser preciso construir algum galpão, sala, etc?
- Quanto vai custar?
- Serão necessário móveis e material de escritório (mesas, cadeiras, armários, bancos, calculadoras, etc.).

Neste momento, cabe uma primeira reflexão do grupo. Se projetarmos o nosso empreendimento grande demais, ele certamente vai exigir um gasto maior, e as máquinas e equipamentos podem ficar subutilizados. Máquina parada custa dinheiro e vai se estragando.

É comum os grupos comprarem máquinas com capacidade muito maior que a produção planejada. Isto é um erro perigoso, porque quanto maior a máquina, maior será o custo para fazê-la funcionar.

Perguntas sobre o processo de produção

Matéria-prima

- Para realizar a produção quais as matérias-primas que teremos que comprar?
- Em que quantidade?
- Quanto custam ?
- Qual a quantidade de matéria-prima para produzir uma unidade do produto?

Energia

- Que tipo de energia vai ser utilizada (elétrica, óleo, lenha)?
- A energia a ser utilizada já está disponível ou teremos que obtê-la?
- Quanto custa para conseguir?

Quantidade de pessoas para trabalhar

- Quantas pessoas são necessárias para atingir a produção programada?
- A atividade vai empregar mão-de-obra remunerada?
- Como será a forma de pagamento dessas pessoas? (salário fixo, por hora de trabalho, etc).
- Quanto vai ser pago a cada pessoa?

Perguntas sobre a comercialização

- Para quem vamos vender?
- Para o consumidor final?

- Comerciantes?
- Outras associações ou cooperativas?

Onde vamos vender o produto ?

- na própria comunidade ?
- na cidade mais próxima ?
- em outras cidades ?
- em mais de um desses lugares ?

Como vamos vender?

- cada um vende um pouco?
- uma só pessoa ficará encarregada pelas vendas?
- o trabalho de quem fizer as vendas será remunerado? como? (salário fixo, comissão, parte fixa mais comissão).

Sobre preço de venda

- Quais são os preços atuais de um produto semelhante ao nosso nas praças em que pretendemos vendê-lo?
- Qual será o nosso preço de venda? (com base nos preços praticados no mercado).

Sobre a embalagem:

- A venda será feita a granel ou em embalagens menores?
- Qual o preço da embalagem?

Sobre os custos do transporte

- Qual o preço do frete para cada uma das localidades pesquisadas?

Perguntas sobre questões financeiras

- Vamos ter que fazer algum empréstimo? caso afirmativo, qual será o valor?
- Qual o valor dos juros? Qual o prazo de pagamento?

Perguntas sobre impostos e legislação

- Teremos que pagar algum imposto? Quais?

Perguntas sobre a gestão e as relações associativas

- Identificar compromissos e responsabilidades que precisam ser assumidos por cada um dos envolvidos;
- Combinar as “regras do jogo” a serem assumidas por todos.

Algumas perguntas que o grupo deve formular a si mesmo antes de iniciar o projeto:

Perguntas sobre os objetivos do grupo

- Quais os objetivos do grupo?
- Quais são os seus princípios básicos (valores, missão)?

Perguntas para conhecer a organização da atividade

- Quem vai participar do projeto? Participam sócios e não sócios? Em que condições?
- Quantas pessoas do grupo têm experiência sobre a atividade a ser desenvolvida?
- Quais as implicações, compromissos e responsabilidades do empreendimento para cada um dos envolvidos?
- O que é preciso fazer e quem vai fazer o quê ? Como será a divisão de tarefas?
- No caso de beneficiamento de produtos agrícolas, a matéria-prima vai ser fornecida pelos próprios sócios? Como será o pagamento: somente após o beneficiamento e a venda do produto final, ou antecipadamente?
- Que anotações e registros físicos (controle de estoque) e financeiros (compras, produção, vendas) são necessários?
- Como serão feitas estas anotações? Quem vai ser o responsável pelas anotações?
- Como será realizada a prestação de contas aos associados?

Perguntas sobre o processo de decisão e distribuição dos resultados

- Como serão tomadas as decisões?
- Como vai ser dividida a renda gerada ?
- Será totalmente distribuída entre os sócios? Parte será destinada a formação de algum fundo? Com que objetivo?

Perguntas sobre o processo de avaliação

- Como avaliar o andamento do empreendimento?

Perguntas sobre a assessoria

- Vamos precisar de alguma assessoria? Quem pode nos ajudar?
- Qual a expectativa do grupo em relação aos assessores?
- Qual o papel que o assessor deve desempenhar?

É muito importante que tudo fique combinado e bem claro para todos os membros do grupo desde o início.

Aparentemente, estas questões têm pouco a ver com a viabilidade econômica em si. Mas têm muito a ver com a viabilidade do grupo se manter unido por longo tempo. E esta união é essencial para a viabilidade econômica do projeto.

Conclusões:

O estudo de viabilidade econômica envolve dois aspectos:

A) Os aspectos estritamente econômicos

Primeiro Momento

- Saber escolher bem as perguntas sobre o projeto que pretendemos realizar;
- Buscar as respostas para estas perguntas.

Atenção

Não temos obrigação de saber tudo. Quando tivermos dúvidas, devemos procurar quem nos possa ajudar.

Nesta fase é muito importante visitar e conhecer a experiência de outros grupos que já estejam trabalhando com um empreendimento semelhante ao que pretendemos iniciar.

Segundo momento

- Fazer os cálculos necessários para a análise de viabilidade econômica do projeto, com base nas respostas às perguntas formuladas no primeiro momento

B) A gestão e relações associativas: Combinar as regras de convivência a serem assumidas por todos.

- Para que o projeto tenha sucesso é essencial a participação consciente de todos os envolvidos.
- Todos precisam ter todas as informações necessárias para que possam decidir, com conhecimento de causa, sobre as várias atividades previstas.
- Este é o maior desafio para o sucesso do projeto.

O estudo de viabilidade se constitui num útil exercício de busca de alternativas e soluções, permitindo, por isso mesmo, enfrentar, com maior chance de êxito, uma série de problemas previsíveis.

2.1.2 Segunda Parte: contas e conceitos básicos (resultado, margem de contribuição e ponto de equilíbrio).

Cálculos para as atividades que trabalham com um só produto

Pressupostos

A estrutura do processo de cálculo do estudo de viabilidade econômica é a mesma, tanto para as atividades que:

- Envolvem um produto, como para as que envolvem mais de um;
- Sejam elas simples como uma carrocinha de pipoca ou complexas como uma refinaria de petróleo.

O que dita a complexidade do estudo de viabilidade é a complexidade da atividade. O estudo é simples. Portanto, para fazer o estudo de viabilidade, é preciso conhecer a atividade. O estudo é uma sistematização deste conhecimento feita com “olho” econômico.

É preciso também conhecer um pouquinho de matemática mas não muito!!!

Vamos, então, tentar entender o estudo de viabilidade econômica, considerando atividades bem simples, assim entendidas como aquelas que:

- Trabalham um só produto;
- Vende, imediatamente e à vista, tudo o que produzem;
- Têm um processo de produção cujo ciclo não seja demorado;
- Que trabalham regularmente, durante todo o ano, mesmo que a quantidade produzida varie de mês para mês.

O que é o resultado de uma atividade econômica

Se o estudo de viabilidade pretende explicitar as condições necessárias para que uma atividade econômica dê bons resultados, o primeiro passo será entender o que é o resultado de uma atividade econômica.

RESULTADO DA ATIVIDADE = RECEITA TOTAL - CUSTO				
Resultado por unidade x Quantidade.	=	Preço por unidade x Quantidade	-	Custo por unidade x Quantidade

Como quantidade fabricada = quantidade vendida, podemos dizer que:

Resultado/unid. = Preço/unid. - Custo/unid

Números chaves: aqueles com os quais teremos que lidar

- Quantidade
- Preço
- Custos

Entendendo os custos a partir do preço de venda: a influência da quantidade

Se a fórmula nos diz que: **Resultado /unid = preço/unid - custo/unid**

Obviamente, para que o resultado não seja negativo, o preço de venda deve cobrir todos os custos.

Logo, o próximo passo é conhecer a composição destes custos.

Como recurso que nos ajude a compreender os diversos tipos de custos, vamos criar um exemplo numérico. O uso concreto dos números ajuda a acompanhar a linha do raciocínio.

Assim, digamos que um grupo de mulheres resolveu se reunir para produzir e vender bermudas. Digamos também que elas fixaram o preço de venda em R\$10,00/bermuda

Bermudas: Preço de venda = R\$10,00/unid

NOTA: Há diversas formas de classificar custos. O que nos levou a escolher a que se segue é a preocupação em “descomplicar” as contas. Neste sentido, vamos dividir as diversas parcelas que compõem os custos de acordo com suas unidades de medida.

Vamos então às parcelas dos custos. São três;

1ª Parcela dos custos: aquela ligada ao produto. Tem o nome de Custos Variáveis

É a soma de tudo o que se consome para fazer uma unidade do produto. Por exemplo:

- Matéria-prima, embalagem, tinta, rótulos, combustível, etc.

Fazendo uma imagem, podemos dizer que é a parte dos custos que “vai junto” com o produto.

Característica:

Os custos variáveis só ocorrem quando há produção. Quando a produção for zero, os custos variáveis são também zero. Quanto maior a produção, maiores os custos variáveis. Daí vem o nome: seu valor varia na mesma proporção da variação da quantidade fabricada. Portanto, para calcular os custos variáveis, temos que conhecer muito o modo como se faz o produto.

Unidade de medida dos custos variáveis : R\$/unid

Voltando ao nosso exemplo numérico. Digamos que, feitas as contas, concluiu-se que os custos variáveis atingiam R\$6,00 por unidade.

Custos Variáveis = R\$6,00/unid.

Portanto, do nosso preço de venda restam: R\$ 10,00 - R\$ 6,00 = R\$ 4,00

2ª Parcela dos custos: aquela ligada ao preço. São os Custos proporcionais ao preço

É a parte do preço que nós recebemos com a venda, mas não é nossa. Por exemplo:

- As comissões de venda (% sobre o preço);
- E a maioria dos impostos (alíquotas =% sobre os preços).

Característica:

Só ocorrem quando se processa uma venda. O próprio preço só cumpre o seu papel quando ocorre a venda. Portanto, para calcular os custos proporcionais ao preço, os integrantes do grupo em questão já devem ter combinado o modo sobre como se fará a venda e conhecer os impostos devidos.

Unidade de medida dos custos proporcionais ao preço: % sobre o preço.

Retomando nosso exemplo, digamos que entre comissões e impostos, os custos proporcionais ao preço atingem a 10% sobre o preço de venda.

Custos Variáveis = R\$6,00/unid.

Portanto, do preço de venda só nos restam agora: $R\$ 4,00 - R\$ 1,00 = R\$ 3,00$

3ª Parcela: aquela ligada à existência da atividade. Tem o nome de Custos Fixos

Já consideramos os custos ligados ao produto e os custos ligados à venda. Só nos falta tratar dos gastos que se precisa fazer para que a atividade exista.

Exemplos de custos fixos

- Aluguel, salários, manutenção, depreciação , etc

Características dos Custos Fixos:

- Ocorrem, independentemente de haver venda ou mesmo produção e
- O seu valor permanece mais ou menos constante, mês a mês.

Unidade de medida dos custos fixos : R\$/mês

(R\$/mês é a mais comum. Se o estudo se referir a outra unidade de tempo - semana, ou ano, ou biênio, etc. - esta será a unidade de medida de tempo no cálculo do custo fixo)

Retomando nosso exemplo numérico, digamos que, feitas as contas, chegou-se à conclusão que os custos fixos do empreendimento atingem R\$ 300,00 por mês.

Mas o dado que temos em mãos é que, do preço de venda, só nos restam R\$3,00/unid.

Primeira conclusão:

Diferente dos custos variáveis e dos proporcionais ao preço, de que tratamos anteriormente, o preço de uma unidade do produto não é suficiente para cobrir o total dos custos fixos.

O preço, ou seja, o que se obtém pela venda de uma unidade do produto, contribui para cobrir somente “um pedaço” dos custos fixos. Ora, se cada unidade contribui para “pagar” uma parte dos custos fixos, a cobertura total dos custos fixos fica na dependência de se conseguir vender outras unidades. É a soma das contribuições obtidas pela venda dessas outras unidades que vai totalizar o montante necessário para cobrir os custos fixos do empreendimento.

Segunda conclusão

A cobertura dos custos totais de uma atividade econômica não depende só do preço e, nem mesmo, só dos custos em si, depende também da quantidade de unidades vendidas.

Usando os números do exemplo das bermudas podemos ensaiar os três cenários possíveis:

- A quantidade de unidades vendidas é insuficiente. Neste caso, os custos fixos não são suficientemente cobertos e o resultado é um prejuízo. Ex.: 80 unid, vendidas X R\$3,00 = R\$ 240,00 → prejuízo de R\$ 60,00;
- A quantidade de unidades vendidas é superior ao necessário para a cobertura dos custos fixos. Neste caso, os custos fixos são cobertos com sobra:. Ex: 110 unid. vendidas X R\$ 3,00 = R\$ 330,00 → lucro de R\$ 30,00;
- A quantidade de unidades vendidas é exatamente igual à necessária para a cobertura dos custos fixos.

Ex.: 100 unid. vendidas X R\$ 3,00 = R\$ 300,00. Esta é a quantidade de vendas na qual a atividade não apresenta lucro nem prejuízo. Esta quantidade de venda é o chamado Ponto de Equilíbrio da iniciativa das nossas amigas costureiras.

